



Nº 2 - 21/01/2026

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2025/2029, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre do Edifício Paços do Concelho, em Montemor-o-Novo, realizou-se a segunda reunião de dois mil e vinte e seis da referida Câmara, do mandato dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e nove, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, e os senhores Vereadores Ana Isabel dos Santos Danado Mémé, Francisco Duarte Peixe Espadinha Martins, Olímpio Manuel Vidígal Galvão, Paula Cristina Pinto Martins, António Luis Pinto Xavier e Gonçalo Filipe Piteira Simões.

E em conformidade com o disposto nº 2 do art.º 57º da Lei 75/2013 de 12/9, esteve presente para dar apoio ao Órgão Executivo, Paula Cristina Barreto Arraiolos Mira, que secretariou a reunião.

A presente Reunião de Câmara realizou-se presencialmente, com atendimento por marcação (em alternativa, está disponível o atendimento por via digital através do mail [gap@cm-montemornovo.pt](mailto:gap@cm-montemornovo.pt)).

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

O Senhor Presidente deu início à reunião, saudando as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os trabalhadores municipais que prestavam apoio técnico e os munícipes que acompanhavam a sessão por via digital, informando que se tratava da segunda reunião extraordinária do ano, destinada à discussão e deliberação sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2026, o Mapa de Pessoal, a eventual contratação de empréstimos de curto prazo e a autorização prévia para compromissos plurianuais.

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pelo Senhor Presidente:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Opções do Plano e Orçamento para 2026;
2. Proposta de Mapa de Pessoal para 2026;
3. Contratação de eventuais empréstimos a Curto Prazo para 2026;
4. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais para 2026;

Esclareceu que, por se tratar de reunião extraordinária, não existia período antes da ordem do dia nem atendimento ao público, passando-se diretamente à apreciação dos pontos constantes da ordem de trabalhos.

**1. OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026**

*“Para os efeitos previstos no nºs 2 e 7 do art.º 31º da Norma de Controlo Interno do Município de Montemor-o-Novo, e no cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 32º da mesma norma, conjugado com o art.º 4º do RFALEI (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro) na sua última redação remetemos a Proposta de Opção do Plano e Orçamento Municipal 2026 e Orçamento Plurianual 2027-2030.*

*De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1º do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua última redação, a Câmara Municipal deve submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.*

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção recordando que as Opções do Plano e o Orçamento Municipal são os principais documentos para a gestão do Município e que têm um normativo legal próprio.

A elaboração da presente proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026 (OP/OM/2026) iniciou-se logo após o início de funções deste novo Executivo, mas não foi possível concluir aquela proposta em Dezembro porque, por um lado, as eleições realizaram-se 2 ou 3 semanas mais tarde do que habitual em anos anteriores e porque, por outro lado, a CDU queria assegurar uma participação ativa das forças políticas, de dirigentes e trabalhadores do Município, das Juntas de Freguesias e de outras propostas de instituições ou cidadãos.

Página 1 de 15

A proposta de Opções do Plano e Orçamento que apresentamos começa por avançar como tema central da atividade municipal os 50º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, resultante da Revolução de Abril de 1974, e que formalizou uma progressão civilizacional para Portugal, nomeadamente, quanto aos direitos, liberdades e garantias.

Esta proposta inclui, para melhor transparência, um documento não previsto na lei, o Plano de Ações Imateriais (PAI), que lista de forma estruturada, os programas e ações a concretizar que não são investimento bem como um Relatório de Apresentação e Fundamentação das Opções do Plano e Orçamento que ora se submetem a discussão e deliberação.

O Senhor Presidente referiu que as OP/OM/2026 fazem uma abordagem sintética da situação económica e social e destacam a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional para garantir o desenvolvimento do Alentejo e apoiar Montemor.

As OP/OM/2026 procuram, apesar de todas as ameaças, dificuldades e incertezas, garantir uma atividade municipal diversificada, quer de cariz estrutural quer conjuntural, apelando e motivando a participação de todos os que se dispuserem a essa intervenção. Confiamos que – com a cooperação de todos, no respeito pela autonomia e diversidade – conseguiremos ultrapassar os impactos negativos suscitados pela evolução económica internacional, agravada pelas guerras, bem como outras dificuldades da conjuntura política e económica nacional e contribuir para, juntos, construir um futuro melhor para Montemor-o-Novo.

O Senhor Presidente afirmou que as Opções do Plano se baseiam numa estratégia integrada e diferenciada de desenvolvimento do concelho composta por 5 eixos estratégicos:

- Eixo 1 – Fomentar a Economia Diversificada e Sustentável, o Emprego e o Investimento;
- Eixo 2 – Solidariedade, Igualdade e Justiça Social;
- Eixo 3 – Preservar o Ambiente e a Paisagem Alentejana, Garantir a Sustentabilidade;
- Eixo 4 – Montemor, Concelho de Referência Cultural;
- Eixo 5 – Participação Popular, Proximidade e Serviço Público.

O Senhor Presidente afirmou que a primeira prioridade vai para o desenvolvimento económico local, apostando na sua diversificação e sustentabilidade, na captação de investimento e na criação de emprego.

Referiu que o desenvolvimento económico local apresenta 3 estrangulamentos, não apenas dependentes do Município, a saber:

- Necessidade de áreas de acolhimento económico para empresas, o que passa por identificar e formalizar áreas de expansão económica, na cidade e nas freguesias, e, se necessário, incluí-las no PDM;
- Escassez de trabalhadores qualificados e de outros trabalhadores, decorrentes do envelhecimento do país e da redução da população ativa portuguesa;
- Acesso à habitação para trabalhadores exigindo ações de política nacional, mas, também, do Município em parceria com empresas e outras entidades; avança-se a proposta ao Governo de criar um projeto-piloto de casas de função para trabalhadores e técnicos que se queiram instalar no concelho.
- Ações propostas incluem: a criação de um Fórum Económico aberto para promover a cooperação entre todos para a consensualização de medidas concretas para o desenvolvimento da economia local, a defesa e apoio à pecuária extensiva e a produções compatíveis com o montado e com o uso racional da água, investimento na melhoria de infraestruturas para onde será destinada a receita da derrama, a definição de novas zonas empresariais, promoção de produtos, bens e serviços locais, a aposta num turismo sustentável e outras medidas de apoio à economia local.

O Senhor Presidente afirmou que a segunda prioridade vai para o acesso a habitação digna e a qualificação urbana, incluída no eixo 3 referente à preservação do ambiente e à sustentabilidade, o qual apresenta de seguida.

A crise da habitação que afeta Montemor e todo o país e a Europa resulta de um processo de especulação imobiliária a nível internacional que leva a que os preços da habitação, em Portugal, estejam, pelo menos, 36% acima do seu valor real.

Sendo um problema estrutural do país, exige políticas nacionais corajosas de controlo da especulação e dos preços e, ainda, o investimento público em habitação acessível e o apoio ao investimento cooperativo e privado de custos acessíveis e a disponibilização de financiamentos aos Municípios. Havendo financiamento, o Município de Montemor-o-Novo propõe-se utilizá-lo potenciando um maior investimento.

- Ações propostas: revisão da Estratégia Local de Habitação; recuperação de habitação municipal para fins sociais e de oferta de habitação acessível; elaboração dos projetos necessários para novas habitações, novos

loteamentos e reabilitação de habitações municipais; disponibilização de lotes municipais a baixo custo para autoconstrução; criação de novos loteamentos municipais, nomeadamente, na cidade (junto à piscina coberta) e procura de terrenos nas freguesias e na cidade; parcerias com Cooperativas, empresas e instituições disponíveis, como em Lavre, com a Casa do Povo; apoio à reabilitação privada para habitação acessível; ações demonstrativas de intervenção em prédios abandonados e em ruínas; alterações ao PDM, se necessárias para novos terrenos para habitação acessível.

O Senhor Presidente salientou, ainda, neste eixo de desenvolvimento que o Município prioriza a preservação ambiental como base para o desenvolvimento sustentável, o que passa por, se possível, densificar esta salvaguarda nos instrumentos de planeamento e na gestão urbanística e do ordenamento do território.

Salientou a defesa do montado e da paisagem alentejana como essenciais ao desenvolvimento de Montemor, incluindo o Plano para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas ou projetos de eficiência energética.

Afirmou que é essencial a posse e gestão públicas da água, do saneamento e da recolha e tratamento de resíduos. Neste âmbito, o Município exigirá que avancem investimentos da empresa Águas Publicas do Alentejo para a criação do novo sistema de abastecimento de água à cidade, Maia / Reguengo e Escoural a partir dos Minutos, investimentos em diversos sistemas existentes como nos Foro de Figueira ou na Casa Branca, nova ETAR no Escoural ou reabilitação da ETAR de Cortiçadas de Lavre.

A limpeza e higiene publicas são igualmente prioridades o que passa pela adequação dos serviços e dos cidadãos às novas exigências da União Europeia, através da cooperação com a empresa GESAMB, de capitais maioritários dos municípios e que assegura o tratamento e reciclagem.

Referiu a necessidade de um plano que defina prioridades para a requalificação da rede viária municipal quer nos arruamentos urbanos, pavimentando ruas e falta como em Silveiras ou no Cíborro, quer em estradas municipais como a de Cabrela / Landeira, quer em caminhos rurais municipais.

O Senhor Presidente referiu que outra grande prioridade é definida no eixo 2, a solidariedade, igualdade e justiça social. A pobreza é um problema estrutural que cresceu com a inflação e os baixos salários, reformas e prestações sociais.

Considerou essencial a defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com ênfase na sua qualidade, na valorização dos seus profissionais e na acessibilidade a todos.

O Município implementará uma política social proativa para minimizar problemas sociais, defenderá os direitos sociais e cooperará com entidades para promover soluções. A Rede Social Concelhia deverá ser renovada para garantir maior dinamismo e articulação.

O Programa Integrado de Apoio Social, Mor Solidário, que inclui apoios às IPSSs, às Associações de Reformados, a cidadãos carenciados e, ainda, a ação social escolar e a melhoria da habitação, será renovado e reforçada nos seus diversos eixos, exceto o eixo 7 que deverá ser objeto de avaliação.

O Senhor Presidente referiu como outra prioridade o eixo 4, onde se insere a cultura, numa visão alargada que inclui a educação, o desporto e a juventude.

O Município quer reforçar o tecido e a atividade cultural e a sua visibilidade a nível nacional e internacional porque já é um vetor fundamental da sociedade e do desenvolvimento do concelho.

Apresenta-se a proposta de avançar com a reflexão e discussão de um grande projeto estruturante e de desenvolvimento para a cidade centrado no Castelo e que tenha várias vertentes, desde logo, com a reabilitação do Convento da Saudação e o Espaço do Tempo.

Referiu outros destaques como a renovação de projetos culturais emblemáticos do Município, como a Oficina da Criança ou o Cineteatro Curvo Semedo e, ainda, o trabalho em parceria com os diversos agentes e criadores culturais, desde logo, na preparação de um programa de Montemor a incluir na Capital Europeia de Cultura, Évora\_2027.

Assume, também, grande importância a reabilitação do património edificado, como o Castelo e o Convento da Saudação, o que passa pela procura e negociação com o Governo dos necessários financiamentos.

De seguida, o Senhor Presidente afirmou que o Município deve defender uma educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade. Entre muitas outras ações, passa pela atualização da Carta Educativa, pelo exercício das competências municipais quer próprias quer as transferidas, estas em cooperação com o Agrupamento de Escolas, passa pela manutenção das escolas nas freguesias rurais, passa pelo projeto educativo local.

O Senhor Presidente afirmou que o alargamento da democratização da prática desportiva e da atividade física e a atenção à juventude são prioridades do Município.

Pretende-se uma política desportiva que apoie o aumento da participação bem como dos clubes e associações desportivas quer a nível do seu funcionamento quer a nível da melhoria das instalações.

Referiu, depois, a proposta de elaborar um Plano Municipal da Juventude para atender às necessidades dos jovens e com a sua participação bem como a importância da renovação do Centro Juvenil que deve reforçar o papel central na dinamização de atividades para a juventude.

O Senhor Presidente abordou o eixo 5 da estratégia de desenvolvimento, a participação popular, proximidade e serviço público tendo salientado que se pretende reforçar a democracia participativa, a gestão transparente e a modernização da Câmara Municipal. Destacou algumas das principais ações:

- O programa "Montemor Participa" que pretende introduzir novas formas de participação dos cidadãos nas decisões municipais;
- O funcionamento ativo e renovado dos Conselhos e Comissões Municipais, garantindo a inclusão dos seus pareceres na gestão municipal;
- A modernização da Câmara com reforço da cultura de serviço público, a valorização dos trabalhadores utilizando todos os instrumentos – como o cumprimento do ACEEP, a mobilidade intercarreiras ou a opção gestionária – para a melhorar a situação profissional e salarial, a criação do Gabinete de Apoio ao Trabalhador, um programa de qualificação das instalações municipais e de uso de novas tecnologias;
- O reforço do relacionamento e do apoio da Câmara Municipal ao movimento associativo sem fins lucrativos.;
- O reforço da proteção civil, com particular atenção aos nossos Bombeiros Voluntários, e da segurança em cooperação com as forças de segurança pública.

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente abordou o Orçamento do Município para 2026, tendo começado por referir que esta proposta apresenta uma especificidade que com grande impacto que deve ser tida em conta: do ano de 2025 passam para 2026, € 6 milhões de euros de compromissos bem como um saldo de gerência cerca de € 5 milhões de euros. Assim, este valor só será introduzido no Orçamento, conforme determina a lei, em abril aquando da sua previsível aprovação pela Assembleia Municipal. Há, portanto, rubricas, sobretudo, de investimento ainda não apresentam os valores previstos para 2026.

Pretende-se manter um equilíbrio financeiro e caminhar para a obtenção de resultados económicos positivos bem como aumentar a capacidade de investimento, admitindo-se a possibilidade de contrair empréstimos de médio e longo prazo para fazer face a investimentos essenciais ou urgentes como na rede viária ou em edifícios municipais.

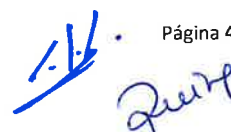
O senhor Presidente referiu que o Orçamento Municipal para 2026 é de € 33.885.000 euros, refletindo desafios económicos e a necessidade de rigor na execução.

Prevê-se € 28,5 milhões de euros em receitas correntes e € 5 milhões de euros em receitas de capital, apontando-se um investimento, ainda sem saldo orçamental e sem contar com o montante de investimento da administração direta da Câmara, de € 6,7 milhões de euros.

Propõem-se, ainda, um conjunto de normas para execução orçamental de modo a garantir o rigor e transparência da sua execução.

A concluir, o Senhor Presidente considerou que as OP/OM/2026 procuram ter em conta a conjuntura económica incerta e difícil, procuram dar respostas aos principais problemas do concelho, no que depende do Município, procuram articular propostas oriundas de diversas forças políticas que se dispuseram à negociação e à busca do que é comum, salvaguardando a autonomia de proposta e de ação de cada uma.

O Senhor Presidente afirmou a convicção dos eleitos pela CDU, no respeito pela diferença, estas Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2026 irão contribuir para minorar a situação social e económica, concretizarão significativos investimentos públicos municipais e contribuirão para outros investimentos públicos e privados, dinamizarão programas



e ações em diversas áreas e setores, darão um contributo para promover e prestigiar Montemor-o-Novo e, assim, assegurar maior qualidade de vida a quem vive e trabalha no nosso concelho bem como garantir o desenvolvimento sustentado do Concelho.

O Senhor Presidente declarou aberto o período de discussão, convidando os Senhores Vereadores a intervir.

Usou da palavra o Senhor Vereador António Xavier, que cumprimentou o Senhor Presidente, os restantes Vereadores, os trabalhadores municipais e o público que acompanhava a sessão.

Referiu, em primeiro lugar, que o documento seria objeto de análise prolongada pelos Vereadores e, posteriormente, pelos membros da Assembleia Municipal, agradecendo às técnicas do Município a disponibilidade demonstrada para esclarecimento de dúvidas.

Do ponto de vista técnico, salientou que o orçamento apresenta valores elevados classificados em rubricas genéricas designadas por "outros" ou "outras", explicando que tal decorre da classificação contabilística, mas defendendo a importância de um esclarecimento técnico público aos eleitos da Assembleia Municipal. Considerou que, sem esse esclarecimento, tais rubricas poderiam ser interpretadas como falta de transparência, sugerindo a realização de sessões explicativas, à semelhança do que ocorre noutros municípios, sem carácter político, destinadas apenas a clarificar o conteúdo dessas rubricas.

O Senhor Vereador António Xavier, manifestou concordância com a introdução do Plano de Ações Imateriais (PAI), referindo, no entanto, que anteriores orçamentos municipais continham quadros e resumos mais completos e detalhados, com receitas, despesas e PPI quantificados, o que facilitava a leitura e interpretação, defendendo a conjugação dessas práticas em futuros documentos.

No plano político, começou por salientar a ausência de referência ao Orçamento Participativo Jovem, quer nas GOP's, quer no Orçamento, lembrando que o respetivo regulamento se encontra em vigor. Considerou que, por respeito ao princípio da legalidade, o Executivo deveria cumprir o regulamento ou, em alternativa, propor a sua revogação.

Referiu o Senhor Vereador António Xavier que, o turismo aparentava perder relevância no documento, não existindo referências a campanhas específicas, à divulgação do portal municipal de turismo ou ao lançamento do site da Gruta do Escoural, aguardando autorização do Património Cultural-IP. Observou que, no orçamento, apenas surgiam algumas rubricas dispersas, associadas a eventos recorrentes, como a "BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa", o "Festival das Sopas" ou o "Mor Natal".

Salientou também o Senhor Vereador António Xavier, a inexistência de rubrica para o espaço museológico de São João de Deus, lembrando que este projeto tinha financiamento público previsto e que, no mandato anterior, fora assegurada a doação de um imóvel para instalação da Galeria Municipal, tendo já sido desenvolvido trabalho técnico nesse sentido. Defendeu que o espaço museológico deveria manter-se no Convento de São João de Deus, onde se localiza a Biblioteca Municipal, referindo que o projeto se encontrava praticamente concluído e pronto para candidatura, considerando que a sua perda representaria um prejuízo cultural e turístico significativo.

Relativamente ao património cultural, referiu que, este parecia perder importância nas GOP's, com exceção da referência ao Castelo de Montemor-o-Novo, saudando o desafio lançado pelo Senhor Presidente, manifestando disponibilidade para colaborar e salientando a competência técnica existente no Município.

No que respeita às associações desportivas, o Senhor Vereador António Xavier referiu que, a rubrica respetiva apresenta redução, esperando que seja compensada aquando da integração do saldo de gerência. Abordou ainda o funcionamento do portal das associações, referindo que, embora ativo, a sua utilização continuava limitada por não ser obrigatória, defendendo a sua integração no regulamento de apoio às associações, por forma a reforçar a transparência e evitar a sobreposição de atividades.

Observou ainda o Senhor Vereador António Xavier que, as GOP's continham uma forte carga ideológica, incluindo críticas a políticas governamentais, ao ultraliberalismo e ao SNS, considerando que, embora legítimas, tais posições desviavam o foco do documento, que deveria centrar-se no planeamento financeiro e na melhoria das condições de vida da população.

Questionou ainda, o conteúdo relativo ao combate à agricultura superintensiva, solicitando esclarecimentos quanto às medidas concretas previstas.

No domínio da habitação, o Senhor Vereador António Xavier considerou que esta deveria assumir maior centralidade, por constituir o principal problema do concelho, com impacto direto no desenvolvimento económico. Referiu que as

soluções apresentadas, como o programa “Primeiro Direito” e as “Casas de Função”, eram relevantes, mas insuficientes para resolver o problema estrutural, defendendo a criação de novas áreas de construção, revisão de índices urbanísticos, especialmente em freguesias como Cabrela e Lavre, e uma gestão urbanística mais ativa. Assinalou alguma incoerência no documento quanto ao papel do Município na habitação, questionando se a intervenção se limitaria ao aumento da oferta pública ou se incluiria uma atuação mais abrangente na gestão urbanística.

Relativamente à Zona Industrial da Adua (ZIA), solicitou esclarecimentos sobre as intervenções previstas para 2026, tendo em conta as referências existentes nas GOP's e no Orçamento.

Quanto ao Rio Almansor, referiu o Senhor Vereador António Xavier, dificuldade em identificar os valores destinados à sua reabilitação e às ações de mitigação da poluição, solicitando informação mais detalhada sobre o planeamento previsto.

Por fim, o Senhor Vereador António Xavier, colocou duas questões estruturantes, questionando quais seriam as prioridades efetivas dentro do conjunto de intenções apresentadas e quais os projetos concretos que iriam avançar em 2026.

Pediu a palavra a Senhora Vereadora Paula Martins, que agradeceu e cumprimentou os presentes. Começou por referir que, o Partido Socialista fez chegar ao Senhor Presidente um conjunto de propostas consideradas essenciais para integrar as Grandes Opções do Plano para 2026, registando que a resposta do Executivo reconheceu uma convergência política e programática entre essas propostas e as opções apresentadas pela CDU.

Na área da habitação, que considerou fundamental, salientou que as propostas do PS relativas à criação de novos bairros, loteamentos municipais, reabilitação do edificado e aceleração de procedimentos foram consideradas pertinentes e integradas numa lógica plurianual. Esclareceu que as divergências existentes se prendiam essencialmente com os modelos de execução, defendendo o PS a possibilidade de recurso a parcerias público-privadas, não ficando exclusivamente dependentes de financiamento estatal.

No domínio do ambiente e da sustentabilidade, da gestão de resíduos e do saneamento, referiu a Senhora Vereadora Paula Martins existir concordância quanto aos objetivos estratégicos. Relativamente ao Rio Almansor, indicou que permaneciam em aberto opções quanto ao modelo de intervenção, entendendo que esta matéria deveria continuar a ser discutida e consensualizada, atendendo ao seu impacto ambiental, urbano e turístico.

Na área da mobilidade, a Senhora Vereadora Paula Martins, registou concordância quanto à necessidade de soluções estruturais para o trânsito pesado no atravessamento da cidade e à importância de um planeamento integrado, com especial atenção à segurança rodoviária nas freguesias atravessadas por estradas nacionais.

Quanto à requalificação da rede viária municipal, a Senhora Vereadora Paula Martins destacou intervenções prioritárias, nomeadamente na Estrada Municipal 519 (Cabrela–Landeira), no troço da Estrada Intermunicipal Cabrela–Vendas Novas, na continuação da Rua de São Domingos até ao Reguengo, bem como em diversas ruas das Silveiras, como a Rua João Pascoal Coelho, a Rua da Amizade, a Rua Ernesto Pinto Ângelo, entre outras, e noutras situações existentes em diferentes freguesias.

Manifestou a disponibilidade dos Eleitos do Partido Socialista (PS), à semelhança do mandato anterior, para concordar com a utilização da capacidade de endividamento do Município, que em 2024 rondava os 13 milhões de euros, recorrendo a empréstimos bancários para a melhoria da rede viária, considerando que o orçamento municipal, por si só, não seria suficiente para esse efeito.

No que respeita ao desenvolvimento económico, a Senhora Vereadora Paula Martins destacou a Zona Industrial da Adua, referindo que o PS apresentou propostas claras quanto à requalificação das infraestruturas e à necessidade de expansão da zona industrial. Indicou que a CDU concordava com a requalificação, reconhecendo que se encontrava já em curso uma primeira intervenção, e assumia que em 2026 deveria ser tomada uma decisão concreta quanto à definição de uma nova área de atividades económicas ou à expansão da ZIA, considerando tratar-se de uma decisão estratégica que não deveria ser adiada.

Ainda nesta área, referiu que projetos como a incubadora de empresas na cidade foram aceites pelo Executivo, mas remetidos para reavaliação devido ao aumento dos custos, defendendo a necessidade de opções claras e decisões atempadas para evitar sucessivos adiamentos.

No domínio do turismo e da cultura, a Senhora Vereadora Paula Martins indicou que, era reconhecida a pertinência das propostas do PS, embora sublinhada a necessidade de reavaliação de alguns projetos em virtude do agravamento dos custos. Considerou essa preocupação compreensível, mas defendeu que deveria ser acompanhada de decisões mais rápidas, de modo a evitar o adiamento continuado de projetos estruturantes, como o Convento da Saudação e o Cineteatro Curvo Semedo.

Relativamente às áreas da educação, saúde e ação social, referiu existir alinhamento com as prioridades apresentadas pelo PS, destacando-se a remodelação da EB1 de Montemor-o-Novo, cujo projeto final fora apresentado no anterior mandato, bem como a necessidade de intervenção nas extensões de saúde e o reforço dos mecanismos de acompanhamento da população mais vulnerável.

Na área do desporto, juventude e lazer, a Senhora Vereadora Paula Martins referiu existir concordância quanto à manutenção e qualificação dos equipamentos, à valorização dos percursos pedestres e à dinamização de programas para jovens, salientando, contudo, a necessidade de avaliação prévia de alguns projetos quanto ao seu impacto e sustentabilidade.

Relativamente à proposta de criação do Regulamento Municipal de Apoio Social aos Bombeiros Voluntários, reafirmou o reconhecimento do papel insubstituível que estes desempenham na proteção de pessoas e bens no concelho, considerando que este regulamento constitui um benefício justo e necessário.

Em síntese, a Senhora Vereadora Paula Martins referiu que, o principal desafio reside na concretização das medidas, na definição de prioridades, na calendarização e no acompanhamento efetivo da sua execução. Reafirmou que, enquanto Vereadora do Partido Socialista, a disponibilidade para uma postura responsável, exigente e construtiva, assegurando que o PS continuaria a apresentar propostas e a exigir que os compromissos assumidos se traduzissem em ações concretas ao serviço de Montemor-o-Novo e dos seus cidadãos.

Pedi a palavra a Senhora Vereadora Ana Mémé, que cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os técnicos presentes e o público que acompanhava a reunião por via digital.

Referiu que, estão em apreciação as Grandes Opções do Plano, enquanto documento estruturante para o Município, previamente enquadrado pelo Senhor Presidente. Esclareceu que, no que respeita à elaboração das opções do plano relativas às freguesias, este processo não foi desenvolvido de forma isolada, tendo resultado de um trabalho contínuo de diálogo, proximidade e cooperação com todos os Presidentes de Junta, que tiveram um papel determinante na identificação de necessidades, apresentação de propostas e construção de soluções adequadas à realidade de cada território. Salientou a Senhora Vereadora Ana Mémé que, este trabalho assentou num tratamento equitativo e na definição de critérios claros entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, nomeadamente a aplicação às transferências, delegação de competências e contratos interadministrativos do mesmo critério de aumento resultante das transferências do Estado para o Município. Referiu ainda que grande parte das propostas apresentadas pelas Juntas de Freguesia foi acolhida. Aproveitou para reiterar o agradecimento às Juntas de Freguesia e ao Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF), destacando a colaboração, o espírito construtivo e o empenho demonstrados ao longo do processo.

No âmbito dos serviços urbanos, a Senhora Vereadora Ana Mémé, referiu que, as opções apresentadas apostam na melhoria da limpeza urbana, na manutenção do espaço público, na eficiência da recolha de resíduos, na gestão dos espaços verdes e na modernização dos serviços, com uma atuação mais rápida, eficaz e próxima dos municípios.

Relativamente aos cemitérios, indicou a Senhora Vereadora Ana Mémé que, se trata de uma área que exige especial atenção, estando previstas melhorias no Cemitério de São Francisco, a reabertura do Cemitério da Courela da Pedreira e a conclusão e entrada em funcionamento do crematório, encontrando-se já em curso diligências nesse sentido.

Salientou que a higiene e a limpeza urbana constituí uma das principais preocupações do Executivo, justificando o reforço da intervenção municipal nesta área, sublinhando, contudo, que esta responsabilidade deveria ser partilhada por todos os cidadãos. Referiu ainda a Senhora Vereadora Ana Mémé, a intenção de reforçar a recolha seletiva de resíduos, através do aumento dos meios disponíveis, da melhoria da rede de ecopontos e da promoção de ações de sensibilização junto da população, com vista ao aumento das taxas de reciclagem e à redução dos resíduos indiferenciados.

Destacou a importância da cooperação com as Juntas de Freguesia, empresas e instituições, bem como da articulação com a GESAMB, entidade intermunicipal responsável pela gestão, tratamento e valorização de resíduos, com o objetivo de aumentar o volume de resíduos encaminhados para reciclagem.

A Senhora Vereadora Ana Mémé, concluiu referindo que, as opções apresentadas refletem um compromisso responsável com o ambiente, com a eficiência e com a modernização dos serviços municipais, visando a redução da burocracia e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes que residem e escolhem Montemor-o-Novo.

Pediu a palavra o Senhor Vereador Francisco Martins, que cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os técnicos do Município e o público que acompanhava a sessão à distância.

O Senhor Vereador Francisco Martins, referiu que, não se iria alongar na sua intervenção, uma vez que o Senhor Presidente já tinha apresentado e esclarecido integralmente o conteúdo do documento. Indicou, no entanto, que pretendia salientar alguns aspetos relativos a diversas áreas, previamente debatidos com os serviços municipais e com os trabalhadores, que considerava relevantes para serem destacados.

Na área social, referiu a proposta de reforço dos apoios sociais através dos instrumentos municipais existentes, nomeadamente o Programa Mor Solidário, a Estratégia Local de Habitação, o Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade e a Ação Social Escolar, salientando que, o Município assumia como prioridade o combate às desigualdades e o reforço das respostas sociais.

No domínio da saúde, o Senhor Vereador Francisco Martins destacou o apoio ao acesso universal aos cuidados de saúde, independentemente dos rendimentos dos cidadãos, bem como o reforço dos postos médicos nas freguesias, com melhoria das condições de acesso aos cuidados de saúde primários. Referiu ainda a importância de estabilizar o relacionamento com o Centro de Saúde e com a Entidade Local de Saúde, no âmbito das transferências de competências.

Relativamente à educação, o Senhor Vereador Francisco Martins salientou a defesa e qualificação do sistema público de ensino, a manutenção e requalificação dos edifícios e equipamentos escolares, com prioridade à requalificação da EB n.º 1 de Montemor-o-Novo, a manutenção das escolas nas freguesias rurais e o trabalho em parceria com o Agrupamento de Escolas, no âmbito da transferência de competências.

Na área do desporto, referiu a importância de garantir o acesso generalizado à prática desportiva e à atividade física, enquanto componente essencial da vivência social e de uma vida saudável. Destacou o envolvimento dos agentes desportivos do concelho, o apoio à formação e iniciação desportiva, ao desporto federado e à realização de eventos promotores do território. Referiu ainda o reforço dos apoios financeiros às associações desportivas, o apoio a candidaturas e investimentos e a melhoria das infraestruturas desportivas.

No que respeita à juventude, o Senhor Vereador Francisco Martins referiu que, a ação municipal se encontrava transversalmente integrada em diversas áreas programáticas, nomeadamente no desporto, cultura, economia, ambiente e educação, propondo a avaliação e elaboração de um Plano Municipal da Juventude, orientado para uma política integrada com e para os jovens.

Referiu ainda a elaboração de um programa de requalificação da rede viária, prevendo a aquisição de novos equipamentos, o reforço das equipas e a definição de um plano de intervenção nos caminhos rurais, estradas municipais e arruamentos.

Por fim, o Senhor Vereador Francisco Martins, relativamente ao saneamento básico, salientou a defesa da prioridade da gestão pública da água e do saneamento, bem como a intervenção ativa nos sistemas de parceria público-pública da Águas Públicas do Alentejo, em defesa dos interesses coletivos do concelho. Concluiu reiterando a importância dos pontos apresentados, por terem sido debatidos com os serviços municipais, agradecendo a atenção dispensada.

A Senhora Vereadora Paula Martins pediu novamente a palavra, solicitando autorização ao Senhor Presidente para intervir.

Referiu que pretendia responder a dois pontos anteriormente levantados pelo Senhor Vereador António Xavier, no âmbito da área do turismo. Nesse sentido, informou que, na Bolsa de Turismo de Lisboa, a realizar-se entre os dias 25 de fevereiro e 1 de março, o Município iria centrar-se na divulgação da marca "Visit Montemor", enquanto elemento estratégico de promoção do território.

Relativamente à divulgação do site das Grutas do Escoural, esclareceu que o mesmo já havia sido submetido à apreciação do Património Cultural, encontrando-se a aguardar a respetiva autorização para ser tornado público.

Concluiu a Senhora Vereadora Paula Martins referindo que, eram estas as matérias respeitantes ao seu pelouro que pretendia clarificar.

O Senhor Presidente tomou a palavra, referindo que iria acompanhar e responder às intervenções efetuadas.

Relativamente às rubricas orçamentais classificadas como “outros”, esclareceu que resultavam da codificação do sistema de contabilidade pública, concordando, contudo, com a necessidade de reforçar a sua transparência. Nesse sentido, manifestou disponibilidade para acrescentar um documento explicativo que permitisse um melhor esclarecimento das verbas incluídas nessas rubricas, facilitando a compreensão por parte dos eleitos e da população. Quanto ao Orçamento Participativo Jovem, afirmou que o Executivo não tinha abandonado esta matéria, embora subsistissem dúvidas quanto à sua forma de aplicação. Referiu que o orçamento participativo poderia ser um instrumento importante de participação, desde que assente em bases transparentes. Declarou estar disponível para analisar o regulamento em vigor e, caso se justifique, apresentar propostas de alteração, reiterando que este instrumento poderá vir a ser utilizado.

Relativamente ao turismo, o Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora já havia prestado os devidos esclarecimentos.

No que respeita ao Centro Interpretativo de São João de Deus, o Senhor Presidente sublinhou que, esta também tinha sido uma proposta do Executivo, não havendo qualquer intenção de abandono. Destacou a preocupação com a articulação entre este projeto e o processo de reinstalação da Galeria Municipal, considerando importante que ambos fossem analisados em conjunto. Informou que o financiamento se encontrava garantido e que a candidatura poderia ser apresentada até ao final do ano, havendo, assim, tempo suficiente para assegurar uma solução adequada.

No âmbito do património cultural, o Senhor Presidente afirmou que, este não perdia importância nas opções do plano, referindo, nomeadamente, a situação do Cineteatro Curvo Semedo. Explicou que a intenção era preparar, em 2026 e 2027, todo o processo para permitir o início das obras em 2028, após atualização do projeto, aproveitando ainda a utilização do equipamento em 2027, no contexto da Capital Europeia da Cultura. Assinalou, no entanto, a necessidade de intervenções urgentes, nomeadamente ao nível dos pavimentos e instalações sanitárias.

O Senhor Presidente, referiu ainda outras preocupações patrimoniais, nomeadamente o estado de degradação da Igreja de São Francisco, propriedade municipal, considerando necessária a discussão com o Governo sobre possíveis intervenções.

Relativamente ao portal das associações, o Senhor Presidente tomou nota da questão levantada, manifestando abertura para discutir a eventual obrigatoriedade da sua utilização, salvaguardando que todas as associações disponham dos meios necessários para não serem excluídas.

Quanto à crítica de que o documento constituiria um manifesto político, o Senhor Presidente afirmou discordar dessa interpretação, reconhecendo que o documento reflete posições políticas, mas considerando que estas se encontram moderadas. Reiterou a importância de encontrar consensos e manifestou disponibilidade para proceder a ajustamentos ao documento.

No que respeita à agricultura super intensiva, esclareceu que a preocupação se prende com os riscos de desertificação e escassez de água no Alentejo. Referiu que a agricultura consome cerca de 85% da água da região, defendendo, por isso, uma gestão rigorosa deste recurso. Sublinhou o Senhor Presidente que, as culturas devem ser adaptadas às alterações climáticas e que as produções super intensivas, bem como as mega centrais fotovoltaicas, não devem comprometer a paisagem, a biodiversidade e o montado. Defendeu a possibilidade de estabelecer limites no Plano Diretor Municipal para este tipo de instalações, distinguindo-as das explorações de pequena escala.

Relativamente à habitação, o Senhor Presidente afirmou que o Município está aberto a todas as soluções que garantam o acesso à habitação, incluindo parcerias com privados, desde que orientadas para preços acessíveis. Referiu a possibilidade de recorrer a financiamentos, como os do Banco Europeu de Investimentos, e reconheceu a dificuldade em dar resposta rápida ao défice habitacional existente. Mencionou ainda a necessidade de discutir soluções para os Casais da Adua, manifestando abertura para analisar diferentes propostas.

No que respeita à zona industrial, o Senhor Presidente confirmou a intenção de reforçar as intervenções, articulando com áreas que não são municipais e garantindo uma abordagem integrada das infraestruturas, de modo a assegurar o bom funcionamento do conjunto da zona.

Relativamente ao saneamento e ao Rio Almansor, afirmou que se trata de uma prioridade estrutural. Explicou a necessidade de construção de um coletor que permita recolher os efluentes da zona industrial, das estações elevatórias e de habitações ainda sem saneamento, conduzindo-os à ETAR para tratamento. Referiu que, por esse motivo, algumas intervenções urbanas só avançariam após a resolução das infraestruturas subterrâneas. Sobre a recuperação do Rio Almansor, indicou que os principais focos de poluição estavam identificados, nomeadamente as pecuárias e alguns equipamentos das Águas Públicas do Alentejo. Defendeu uma atuação inicial pedagógica, sem excluir medidas mais

firmes, caso necessário. Acrescentou que, eliminadas as fontes de poluição e garantidos os caudais adequados, o rio poderá recuperar rapidamente.

Relativamente às prioridades, o Senhor Presidente reiterou que as principais são o desenvolvimento económico, a habitação e a ação social, sem prejuízo das restantes áreas previstas nos eixos estratégicos.

No que respeita à mobilidade e segurança rodoviária, manifestou concordância com as preocupações apresentadas, referindo que a requalificação das estradas municipais envolve investimentos muito elevados. Indicou, a título de exemplo, que apenas as duas estradas referidas na freguesia de Cabrela representariam um investimento superior a cinco milhões de euros.

Em seguida, a Senhora Vereadora Paula Martins interveio, esclarecendo que havia referido essas duas estradas por já disporem de projeto concluído, bem como o projeto da estrada do Reguengo.

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, esclarecendo que as considerações anteriormente efetuadas permitiam enquadrar a questão da rede viária municipal.

Referiu a necessidade de proceder a um levantamento exaustivo das estradas existentes, reconhecendo que os investimentos em causa envolvem valores muito elevados. O Senhor Presidente defendeu que, após esse levantamento, deveria ser avaliada a existência de projetos prontos a avançar, definidas prioridades e promovida uma discussão conjunta, uma vez que não é possível realizar investimentos da ordem dos dez milhões de euros num curto espaço de tempo. Salientou que, para além das estradas, existiam arruamentos degradados e vias ainda sem pavimentação, considerando prioritário assegurar pavimentos adequados nas localidades.

Referiu ainda o Senhor Presidente a importância de reforçar a verba destinada à elaboração de projetos, indicando que, embora o orçamento previsse cerca de 200 mil euros, a intenção seria, no mínimo, duplicar esse valor, de modo a garantir capacidade para recorrer a projetos externos, uma vez que os serviços internos não conseguiriam responder a todas as necessidades.

No que respeita à capacidade de endividamento, referiu que os Orçamentos do Estado têm vindo a impor limitações, reduzindo, na prática, a capacidade efetiva dos municípios para contrair empréstimos. Indicou que, nos últimos anos, essa limitação se situou em cerca de 20% da capacidade real, acrescentando que iria verificar a situação no Orçamento de Estado em vigor.

Relativamente à incubadora de empresas na cidade, o Senhor Presidente confirmou o consenso existente quanto à sua importância, salientando, contudo, que o custo previsto praticamente duplicou. Referiu a necessidade de reavaliar o projeto, procurando soluções que permitam concretizá-lo dentro do valor inicialmente previsto, cerca de 500 mil euros, destacando que se trata de um edifício municipal e que deverão ser encontradas soluções adequadas.

Quanto às restantes matérias, referiu não existirem divergências significativas.

No âmbito das freguesias, retomou a intervenção da Senhora Vereadora Ana Mémé, manifestando a intenção de aprofundar, durante o ano, o processo de transferência e delegação de competências, em articulação com as Juntas de Freguesia, visando a atualização e melhoria dos procedimentos existentes.

Relativamente ao Cemitério da Courela da Pedreira, o Senhor Presidente reconheceu a urgência da intervenção, salientando, contudo, os elevados custos associados e a necessidade de garantir o seu funcionamento, não sendo ainda possível estabelecer um prazo concreto para a sua resolução.

No que respeita à reciclagem e à gestão de resíduos, alertou para a gravidade da situação a nível nacional, referindo que os aterros sanitários se encontram praticamente esgotados. Indicou que esta realidade obriga à definição urgente de soluções, uma vez que os resíduos necessitam de destino adequado. Acrescentou que os custos de tratamento têm vindo a aumentar significativamente, levando os municípios, incluindo Montemor-o-Novo, a suportar parte desses encargos para evitar o agravamento das tarifas aos munícipes, estimando que a cobertura de custos rondará os 50%. Referiu ainda o aumento substancial da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) nos últimos anos. Sublinhou que se trata de um problema de âmbito nacional, que exige soluções a esse nível, manifestando disponibilidade para negociar com a GESAMB, nomeadamente no reforço da recolha seletiva e dos recicláveis.

Relativamente às áreas da saúde, educação e desporto, retomou as intervenções anteriores, destacando a importância dos clubes desportivos, mas defendendo igualmente a necessidade de alargar a prática da atividade física à população não integrada em estruturas associativas, promovendo hábitos de vida mais saudáveis.

Voltou a usar da palavra o Senhor Vereador António Xavier, referiu, em primeiro lugar, que, no que respeita à habitação, mantém uma visão diferente da do Executivo, considerando que o Município pode e deve assumir uma intervenção mais ativa. Defendeu que a Câmara deve utilizar os terrenos de que dispõe, bem como adquirir novos terrenos, promover as respetivas infraestruturas, proceder à venda de lotes e reservar uma percentagem de fogos para arrendamento ou venda a custos acessíveis. Considerou que esta atuação é necessária para evitar a dependência exclusiva do Governo, alertando que a espera por soluções externas poderá perpetuar o problema, defendendo, por isso, uma postura de ação em detrimento da inação.

Relativamente aos problemas de saneamento, recordou a situação da Horta do Goivo, considerando que poderá constituir uma intervenção de mais fácil concretização e que poderá contribuir para mitigar uma das fontes de poluição do Rio Almansor. O Senhor Vereador António Xavier, reconheceu que se trata de uma obra com custos, mas menos onerosa do que a intervenção na Zona Industrial da Adua, sugerindo que poderia ser uma primeira etapa na resolução do problema.

Referiu ainda o Senhor Vereador António Xavier que, não tinham sido claramente identificados os projetos a concretizar em 2026, sublinhando, em particular, a importância da obra de eficiência energética das piscinas cobertas. Defendeu que esta intervenção deveria avançar em 2026, atendendo à sua relevância ambiental e financeira, uma vez que permitirá reduzir significativamente os custos de funcionamento, substituindo o gás por eletricidade.

Indicou que, segundo os indicadores disponíveis, esta intervenção poderá, num horizonte de cinco a dez anos, aproximar o saldo de exploração das piscinas do equilíbrio, libertando cerca de 400 mil euros anuais para outros investimentos municipais, nomeadamente em obras ou ação social.

O Senhor Vereador António Xavier, concluiu reiterando a questão relativa à definição dos projetos que efetivamente irão avançar em 2026.

Pediu a palavra o Senhor Vereador Olímpio Galvão, referiu, em primeiro lugar, que a intervenção da Senhora Vereadora Paula Martins expressou adequadamente a posição do Partido Socialista relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2026. Salientou que, da análise às propostas apresentadas e às respostas do Executivo, resultava a conclusão de que existem mais pontos de convergência do que de divergência entre as partes.

Destacou a diferença da atual postura da oposição relativamente à assumida pela CDU no mandato anterior, considerando que, nesse período, a oposição se caracterizou por uma atitude sistematicamente negativa. Manifestou a convicção de que o atual Executivo não irá abandonar os projetos herdados do mandato anterior, por os considerar essenciais ao desenvolvimento do concelho. Referiu que o Plano de Ações Imateriais (PAI) constitui um documento extenso e relevante, por sistematizar a atividade municipal, salientando que, ao ser apresentado com prazos definidos, implicará igualmente a responsabilidade política da sua execução e avaliação.

O Senhor Vereador Olímpio Galvão, manifestou a disponibilidade dos Vereadores do PS para estabelecer um pacto em matéria de estradas e caminhos municipais, à semelhança do que havia sido defendido no mandato anterior. Reconheceu que o orçamento municipal é insuficiente para responder a todas as necessidades, mas destacou que a capacidade de endividamento do Município, que em 2024 rondava os 13 milhões de euros, e a sua situação financeira equilibrada permitem equacionar investimentos estruturantes.

Referiu que os acessos ao concelho são essenciais para os trabalhadores, para o turismo e para a mobilidade em geral, defendendo um acordo alargado, que poderá incluir também os Vereadores da Coligação CDS/PSD, para promover um investimento significativo na rede viária, atendendo à redução dos apoios comunitários.

No que respeita à habitação, o Senhor Vereador Olímpio Galvão afirmou não defender uma dependência exclusiva do Estado, referindo a existência de um estudo em curso sobre as necessidades habitacionais do concelho, as tipologias adequadas e as possibilidades de intervenção na zona junto às piscinas municipais e à área comercial central. Considerou que, através de parcerias público-privadas, cooperativas de habitação económica e iniciativas municipais, poderia ser criado um bairro de qualidade, capaz de compensar os investimentos em infraestruturas.

Reiterou que existem mais fatores de união do que de divisão entre as forças políticas, anunciando que os Vereadores do Partido Socialista iriam votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, uma vez que grande parte das suas propostas foi incorporada. Acrescentou, contudo, para terminar a sua intervenção que, o PS estará atento à execução dos documentos, por considerar que esta será determinante para a avaliação do mandato.

O Senhor Presidente usou novamente da palavra, esclarecendo que não pretendia fazer depender as soluções na área da habitação exclusivamente das decisões do Governo. Referiu que o Município prevê avançar autonomamente com projetos de novos loteamentos, utilizando terrenos municipais disponíveis, designadamente em Cortiçadas de Lavre, salientando a necessidade de dispor previamente de projetos de execução.

Indicou ainda que se admite a realização de parcerias com privados, nomeadamente em situações em que o Município assegure as infraestruturas e o privado disponibilize terrenos, ou em que haja construção em terrenos municipais destinada a habitação acessível. Reforçou que o Município não pretende aguardar por soluções externas, sublinhando

que a elaboração de projetos constitui uma prioridade imediata, uma vez que sem projetos não é possível avançar com obras.

Referiu o Senhor Presidente que, se encontra em curso um estudo que permitirá apoiar decisões na zona junto às piscinas municipais, salientando, contudo, que será indispensável avançar com os respetivos projetos. Justificou, nesse sentido, o reforço da verba destinada à elaboração de projetos.

Relativamente à situação da Horta do Goivo, o Senhor Presidente afirmou não dispor, naquele momento, de informação atualizada, comprometendo-se a averiguar o ponto de situação.

No que respeita à eficiência energética das piscinas municipais, confirmou que a intervenção irá avançar, esclarecendo que foi necessário proceder a ajustamentos decorrentes dos regulamentos de financiamento.

O Senhor Vereador Francisco Martins esclareceu que o projeto abrangerá as piscinas municipais e o edifício do Parque Desportivo Municipal, incluindo a substituição dos sistemas de iluminação por soluções energeticamente mais eficientes. Informou que, será apresentada candidatura conjunta, visando reforçar a poupança energética e financeira do Município.

Retomando a palavra, o Senhor Presidente referiu que não pretendia reabrir a discussão sobre o mandato anterior.

Sobre o Plano de Ação Imaterial (PAI), manifestou a ambição de reforçar a componente de planeamento na atividade municipal, apesar das dificuldades existentes na administração pública. Defendeu a importância de um planeamento estruturado, quer na área da rede viária, quer nos equipamentos e edifícios municipais, incluindo planos de manutenção preventiva.

Reconheceu que a gestão do quotidiano condiciona frequentemente a capacidade de planeamento, mas defendeu a necessidade de introduzir gradualmente uma cultura de planeamento. Referiu que o PAI se enquadra nesse objetivo e manifestou a intenção de proceder a avaliações periódicas da sua execução, idealmente com uma periodicidade semestral, de modo a identificar constrangimentos e razões para eventuais incumprimentos.

Relativamente à rede viária, o Senhor Presidente reiterou a necessidade de realizar um estudo fundamentado que permita definir prioridades, estabelecer critérios e promover uma discussão serena sobre as opções a adotar.

A Senhora Vereadora Paula Martins interveio, solicitando que, após a Assembleia Municipal de 27 de janeiro, fossem agendadas reuniões partidárias para discussão aprofundada das áreas do desenvolvimento económico e da habitação, alertando para o risco de adiamento sucessivo das soluções.

O Senhor Presidente respondeu apresentando uma listagem indicativa dos principais projetos previstos para 2026.

Na área económica, destacou a intervenção na Zona Industrial da Adua, a definição de terrenos para expansão, a resolução do projeto da incubadora de empresas e a revisão dos benefícios fiscais e apoios económicos, bem como a dinamização do Fórum Económico.

Na área da educação, referiu a prioridade da requalificação da EB1, manifestando a intenção de lançar o concurso no decurso do ano, bem como a necessidade de resolver as situações da escola e do centro cultural das Cortiçadas de Lavre.

No domínio do saneamento, o Senhor Presidente salientou a necessidade de intervir na ETAR das Cortiçadas de Lavre e na ETAR das Silveiras, bem como nos depósitos de água dos Foros de Vale de Figueira e da Casa Branca. Relativamente à gestão da água, destacou a intenção de reforçar a modernização da rede, através da telegestão e de contadores inteligentes, bem como a redução de perdas por ruturas.

Na área da rede viária e arruamentos, referiu a intenção de avançar com intervenções nas Silveiras e no Ciborro, designadamente na Rua dos Caniços, bem como de avaliar acessos ao Ferro da Agulha, salientando a necessidade de atualização ou elaboração de projetos.

No que respeita aos equipamentos municipais, destacou a importância de reforçar investimentos, incluindo a melhoria dos estaleiros municipais, referindo que os atuais se encontram em estado irreversível. Informou que será constituída uma equipa para definir soluções e elaborar uma proposta para novas instalações, reconhecendo que a inexistência de projeto implicará algum tempo até à sua concretização.

O Senhor Presidente salientou, de forma geral, que a principal preocupação reside na disponibilidade de projetos de execução que, permitam avançar com os investimentos.

O Senhor Vereador António Xavier voltou a intervir, referindo que já existem estudos para a transferência dos estaleiros para a Zona Industrial da Adua, considerando esta matéria prioritária. Manifestou o desejo de que as prioridades sejam mais claras e estruturadas, reconhecendo, contudo, a legitimidade democrática do Executivo e o facto de se tratar do primeiro orçamento do mandato.

Concordou com a importância do planeamento estratégico, defendendo a necessidade de uma revisão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente em função da expansão da zona industrial, dos índices de construção, das infraestruturas e da perspetiva associada ao futuro Aeroporto Internacional Luís Vasco Camões.

Defendeu que, nesse contexto, a estrada Cabrela–Landeira deve constituir uma prioridade, bem como a preparação para a expansão de localidades como Cabrela e Silveiras.

O Senhor Vereador António Xavier, manifestou disponibilidade para participar na revisão do PDM, incluindo matérias relacionadas com centrais fotovoltaicas, bem como na revisão do Regulamento de Apoio às Associações e do Regulamento de Taxas, que considera importantes para 2026.

Concluiu afirmando que, embora o orçamento não reflita integralmente as prioridades do seu grupo político, nomeadamente nas áreas da economia e da habitação, não vê razões para votar contra o documento, por conter diversas intenções positivas. Manifestou expectativa quanto à sua concretização, assegurando que acompanhará e fiscalizará a sua execução, juntamente com os membros da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente interveio para abordar a questão da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), referindo que o tema já havia sido objeto de debate anterior. Considerou que é necessário avaliar, de forma fundamentada, a pertinência de proceder à sua revisão, reconhecendo que, em princípio, existe essa necessidade, estando, aliás, prevista a realização de uma análise com vista a uma eventual revisão do documento.

Salientou ainda que a legislação em vigor permite a mobilização de terrenos destinados a habitação acessível junto aos perímetros urbanos, desde que exista concordância dos respetivos proprietários, considerando este mecanismo relevante para responder às necessidades habitacionais do concelho.

Acrescentou o Senhor Presidente que, a revisão do PDM se afigura pertinente face a alterações estruturais no contexto territorial, nomeadamente a proximidade do futuro Aeroporto e do Hospital Central do Alentejo, bem como outros fatores de desenvolvimento, que deverão ser ponderados na definição da estratégia territorial do concelho.

O Senhor Presidente concluiu, sublinhando a importância de equacionar estas transformações no processo de planeamento, de modo a reforçar a afirmação e a participação de Montemor-o-Novo no contexto regional.

O supramencionado documento foi apresentado, discutido e objeto de apreciação pelos membros do Executivo, encontrando-se apenas à presente ata, da qual faz parte integrante para todos os efeitos legais.

**Deliberação:** O Órgão Executivo reunido a 21/01/2026 deliberou aprovar por **Maioria**, com 3 votos favoráveis dos Eleitos da CDU, 2 votos favoráveis dos Eleitos do PS e 2 abstenções dos Eleitos da Coligação CDS/PSD.

Documento a remeter **para deliberação da Assembleia Municipal**.

O Senhor Presidente apresentou o segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo ao mapa de pessoal para 2026, referindo que esta matéria deverá ser objeto de uma análise mais aprofundada.

## **2. PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2026**

*“Na sequência das orientações recebidas, da proposta já apresentada e das alterações realizadas à mesma, junto se envia proposta de mapa de pessoal para o ano de 2026.*

*Na proposta, foram realizadas as seguintes alterações relativamente ao ano de 2025 (versão revista):*

*Carreira de Técnico Superior:*

*- Criação de cinco postos de trabalho (CTI);*

*- Extinção de um posto de trabalho (CTD);*

*Variação no total da carreira: +5 (CTI) / -1(CTD)*

*Carreira de Assistente Técnico:*

*- Criação de um posto de trabalho (CTD);*

*Variação no total da carreira: +1(CTD)*

*Carreira de Assistente Operacional:*

*- Extinção de cinco postos de trabalho (CTI);*

*Variação no total da carreira: -5 (CTI)*

*Do conjunto das alterações relativamente ao ano 2025, não resulta qualquer variação em termos do número total de postos de trabalho quer por tempo indeterminado, quer a termo resolutivo.”*

O Senhor Presidente explicou que, uma das principais orientações seguiu o planeamento dos recursos humanos, tendo em conta os trabalhadores que se prevê venham a aposentar-se nos próximos anos. Indicou que foi realizado um levantamento nesse sentido, com o objetivo de, sempre que possível, promover a contratação antecipada para determinados postos de trabalho, de forma a assegurar a transmissão de conhecimento entre os trabalhadores em final de carreira e os novos colaboradores.

Referiu que as propostas apresentadas refletem esta estratégia, bem como os reforços considerados necessários pelos serviços municipais. Acrescentou que se prevê que, caso tudo decorra conforme esperado, seja possível proceder, em meados do ano, a uma nova avaliação do mapa de pessoal, permitindo o seu ajustamento com maior fundamentação. Informou ainda que o documento contempla a criação de alguns postos de trabalho e a eliminação de outros que deixaram de se justificar, não se verificando, contudo, alterações no número global de postos. Sublinhou que as principais mudanças são de natureza qualitativa, traduzindo-se, sobretudo, no reforço do número de técnicos superiores.

Referiu que o montante previsto para despesas com pessoal corresponde ao valor inscrito no orçamento municipal, encontrando-se devidamente identificado no documento.

Concluiu o Senhor Presidente, afirmando que, esta proposta constitui uma primeira abordagem ao mapa de pessoal, mantendo-se a convicção de que será necessário proceder a uma análise mais aprofundada em meados de 2026.

O supramencionado documento foi apresentado, discutido e objeto de apreciação pelos membros do Executivo, encontrando-se apenso à presente ata, da qual faz parte integrante para todos os efeitos legais.

**Deliberação:** O Órgão Executivo reunido a 21/01/2026 deliberou aprovar por **Maioria**, com 3 votos favoráveis dos Eleitos da CDU, 2 votos favoráveis dos Eleitos do PS e 2 abstenções dos Eleitos da Coligação CDS/PSD, a proposta apresentada.

Documento a remeter **para deliberação da Assembleia Municipal.**

### **3. CONTRATAÇÃO DE EVENTUAIS EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO PARA 2026**

Nos termos do n.º 1 do artigo 50º da Lei 73/2013, de 13 de setembro, na atual redação que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFALEI), os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até final do exercício económico em que foram contratados.

O n.º 2 do artigo 50º do mesmo diploma prevê, ainda que a provação de empréstimos de curto prazo possa ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o Município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.

Propõe-se, assim, que seja solicitada à Assembleia Municipal uma autorização genérica, permitindo ao Executivo, durante o ano de 2026, recorrer a eventuais empréstimos de curto prazo sempre que tal recurso se torne necessário para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

**Deliberação:** O Órgão Executivo reunido a 21/01/2026 deliberou aprovar por **Unanimidade** a proposta apresentada.

Documento a remeter **para deliberação da Assembleia Municipal.**

### **4. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA 2026**

*“Considerando, por um lado, o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua última redação, de acordo com o qual, a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:*

*a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*

*b) Os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

*Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.*

*Considerando, outrossim, que o artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Opções do Plano.*

*Considerando ainda o disposto na alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.*

*Propõe-se, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:*

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:
  - a. Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Opções do Plano;
  - b. Os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução da despesa;
3. A Câmara Municipal pode delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;
4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes do n.º 1 e 2, a assumir no ano de 2026.
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.”

**Deliberação:** O Órgão Executivo reunido a 21/01/2026 deliberou aprovar por **Unanimidade** a proposta apresentada. Documento a remeter **para deliberação da Assembleia Municipal**.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião eram dezasseis horas e cinquenta e oito minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Paula Cristina Barreto Arraiolos Mira, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A ASSISTENTE TÉCNICA